Governo do Estado de São Paulo.

ARTIGO 2º:-A utilização do Parque de Exposição obedecerá a plano específico elaborado conjuntamente pela Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista e a Divisão Regional Agrícola (DIRA).

ARTIGO 3º:-O plano de utilização deverá ser elaborado de forma - que as atividades programadas sejam sempre realizadas 6o dias antes de exposições agrícolas e pecuárias constantes do Calendário Oficial da Secretaria da Agricultura e que não interfira em qualquer época e forma com as atividades de criação de animais da Secretaria.

ARTIGO 4º:-O Convênio terá vigência por cinco anos a contar da - sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser alterado de comum acordo, mediante termo aditivo, assim como denunciado a qualquer tempo pelo inadimplemento de qualquer de suas cláusulas.

ARTIGO 5º:-Durante a vigência do convênio caberá à Prefeitura Municipal manter em perfeitas condições de uso o recinto das exposições, transformando a área livre do parque em área de lazer, - devendo para tanto construir às suas expensas as dependências necessárias à atividade de educação, recreação, esporte, cultura e técnica, além de proporcionar vigilância das dependências, com - exceção dos prédios destinados a residência dos funcionários ou servidores da Secretaria da Agricultura.

PARÁGRAFO ÚNICO:-Toda construção que a Prefeitura Municipal fizer no parque deverá ser submetida previamente a aprovação e autorização da Secretaria da Agricultura.

ARTIGO 6º:-Não caberá nenhuma indenização à Prefeitura Municipal pelas benfeitorias realizadas no parque ao término do convênio.

ARTIGO 7º:-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Adolpho Alvarez Neto
-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-

.-

LEI Nº 108, DE 20 DE MARÇO DE 1.979.

"AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL a conceder ao Pratinha Futebol Clube, por tempo indeterminado, o uso de bem - municipal que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, DECRETA, a seguinte . . .

L E I : -

ARTIGO 1º:-Fica a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, autorizada a conceder ao Pratinha Futebol Clube, mediante instrumento público, o uso de um terreno do patrimônio do Município, - localizado na Quadra 2 do Loteamento denominado Vila Esperança, antiga Vila Valentim, em aberto no qual existe um reservatório - de água, terreno esse com frente para a rua Seis, onde mede 13,8o metros; 12,8o metros nos fundos, confrontando com o Lote 3; - 27,7o metros do lado direito de quem da rua olha o imóvel, con -

frontando com o Lote 1; 33,6o metros do lado esquerdo no mesmo - sentido confrontando com os Lotes 8, 9 e lo, perfazendo a área - de 439,22 metros quadrados, cuja frente em sua medida de 13,8o - metros tem duas faces para a mesma rua.

PARÁGRAFO ÚNICO:-A presente concessão é por prazo indeterminado e gratuita, respondendo o concessionario a partir da inscrição - da concessão de uso pelos encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imovel.

ARTIGO 2º:-Fica o concessionario autorizado a edificar no terreno um predio destinado à sua sede social, à pratica desportivas amadoras, recreativas e culturais, de conformidade com o seu estatuto, fixando-se o prazo de um ano, a contar de sua entrada na posse do imovel para o inicio das obras de construção.

§ 1º:-A concessionaria somente podera entrar na posse do imovel cedido apos sua total liberação por parte da Cia. de Saneamento Básico do Estado De São Paulo - SABESP - que atualmente o ocupa.

§ 2º:-A autorização de que trata o Artigo 2º não isenta o - concessionario da apresentação de projeto e pagamento dos emolumentos previstos na legislação especifica.

ARTIGO 3º:-Caso o concessionario dê ao imovel destinação diversa da constante do Artigo 2º ou exceda ao prazo ali estabelecido, - resolve-se a concessão, perdendo o concessionario em favor da - concedente as benfeitorias e edificações ali efetuadas, sem direito a qualquer indenização ou retenção.

ARTIGO 4º:-O concessionario, dentro das possibilidades, devera atender solicitação da Prefeitura Municipal, com relação ao em - prestimo de algumas dependências do imovel a ser construido para realização de programas por tempo determinado, independente de - qualquer pagamento ou remuneração de serviço.

ARTIGO 5º:-As despesas com Escritura, matricula junto ao Cartorio do Registro de Imoveis correrão por conta da concessionaria.

ARTIGO 6º:-Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Adolpho Alvarez Neto
-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-

.-

LEI Nº 109, DE 04 DE ABRIL DE 1.979.

"DÁ Nova Redação ao Artigo 2º da Lei nº 98, de 28 de Dezembro de 1.978".

A CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de - São Paulo, usando de suas atribuições legais, DECRETA, a seguinte . . .

L E I : -

ARTIGO 1º:-O Artigo 2º da Lei nº 98, de 23 de Dezembro de 1978,- passa a vigorar com a seguinte redação:-

"ARTIGO 2º:-A pensão mensal paga às viuvas dos funcionarios Publicos Municipais, não amparadas pela Previdencia Social, fica -